

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª EMISSÃO DE 5.000 DEBÊNTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DE EMISSÃO DA CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT

Pelo presente instrumento, como EMISSORA, CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT, companhia aberta, com sede na Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, à Rua Manoel dos Santos Coimbra, 184, inscrita no Cadastro Geral de Contribuintes sob o nº 03.467.321/0001-99, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, e como AGENTE FIDUCIÁRIO, nomeado nesta Escritura e nela Interveniante, representando a comunhão de debenturistas, adquirentes das debêntures objeto da presente emissão, Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., inscrito no Cadastro Geral de Contribuintes sob nº 62.090.873/0001-90, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua do Tesouro, nº 47, 3º andar, neste ato representado na forma de seu Contrato Social, vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente Escritura de Emissão de Debêntures Conversíveis em Ações, mediante as seguintes cláusulas e condições:

I - DA AUTORIZAÇÃO

Esta Escritura é celebrada com base nas autorizações deliberadas nas Assembléias Gerais Extraordinárias da EMISSORA realizadas em 11 de abril de 1994 e 20 de junho de 1994.

II - DOS REQUISITOS

A presente emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

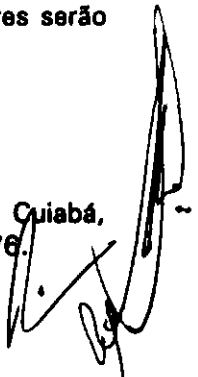
A emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM, na forma das Leis nºs. 6.385/76 e 6.404/76, e demais disposições legais e regulamentares pertinentes.

2. ARQUIVAMENTO DA ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

As Atas das Assembléias Gerais Extraordinárias que deliberaram sobre a emissão de debêntures serão arquivadas na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso.

3. REGISTRO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

Esta Escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Cidade de Cuiabá, Estado do Mato Grosso, de acordo com o exigido pelo art. 62, inciso II, da citada lei nº 6404/76.



III - DA EMISSÃO

As seguintes características serão observadas na presente emissão:

1. COLOCAÇÃO

O lançamento será público mediante interveniência de instituições financeiras, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM nº 13/80.

2. QUANTIDADE TOTAL DE TÍTULOS DA EMISSÃO

Serão emitidas 5.000 (cinco mil) debêntures, todas conversíveis em ações ordinárias e preferenciais.

3. VALOR TOTAL DA EMISSÃO

O valor total da emissão, tendo como referência a data de 01 de junho de 1994, será de CR\$ 95.000.000.000,00 (noventa e cinco bilhões de cruzeiros reais).

4. VALOR NOMINAL

As debêntures terão valor nominal unitário de CR\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de cruzeiros reais).

5. SÉRIE

A emissão será efetuada em série única.

6. NEGOCIAÇÃO

A emissão será registrada para negociação no mercado secundário através do SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto e operacionalizada pela CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos, conforme Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 56/88.

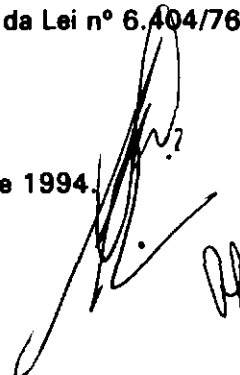
IV - DO TÍTULO

1. ESPÉCIE

As debêntures serão da espécie subordinada, conforme parágrafo 4º do Artigo 58 da Lei nº 6.404/76.

2. DATA DA EMISSÃO

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das debêntures será 01 de junho de 1994.



3. PRAZO E VENCIMENTO FINAL

Na forma deste item as debêntures terão prazo de 05 (cinco) anos e vencimento final em 01 de junho de 1999. Por ocasião do vencimento final das debêntures, mediante apresentação dos respectivos certificados, se emitidos, a EMISSORA obriga-se a proceder à liquidação das que ainda se encontrarem em circulação, pelo seu valor nominal atualizado, acrescido de juros e de prêmio, na forma deste instrumento.

4. ENCARGOS MORATÓRIOS

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos em atraso serão atualizados nos termos do item 4 da cláusula V desta Escritura e ficarão sujeitos a juros e a prêmio, na forma estabelecida neste instrumento, bem como a juros de mora calculados desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, pela taxa de 1% (um por cento) ao mês, sobre o montante assim devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

5. EXTINÇÃO DOS DIREITOS AOS ACRÉSCIMOS

As debêntures, após sua conversão, seu vencimento final ou vencimento antecipado, não mais farão jus a atualização, conforme previsto nesta Escritura, a juros e a prêmio, assegurados os direitos adquiridos até a data da ocorrência de um dos referidos eventos, sem prejuízo do disposto no item 9 desta cláusula.

6. LOCAL DE PAGAMENTO

Os pagamentos referentes ao principal e rendimentos a que fazem jus as debêntures serão efetuados pela EMISSORA através do Sistema da Central de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP, ou na sede da EMISSORA ou Instituição Depositária, na hipótese de o debenturista não estar vinculado a este Sistema.

7. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

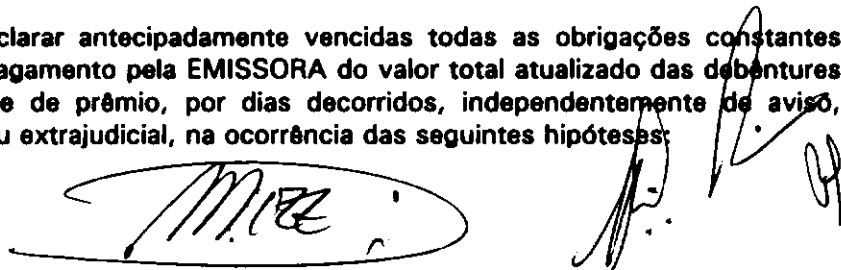
Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se o vencimento coincidir com dia em que não haja expediente bancário.

8. PUBLICIDADE

Todos os atos e decisões decorrentes desta emissão, que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados aos debenturistas no Jornal "Gazeta Mercantil - Edição Nacional", podendo também ser publicados em outros jornais de grande circulação.

9. VENCIMENTO ANTECIPADO

O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações constantes desta Escritura e exigir o imediato pagamento pela EMISSORA do valor total atualizado das debêntures em circulação, acrescido de juros e de prêmio, por dias decorridos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência das seguintes hipóteses:



- a. protestos legítimos e reiterados de títulos contra a EMISSORA, que possam afetar substancialmente a condição financeira da EMISSORA;
- b. pedido de concordata preventiva formulado pela EMISSORA, caso possível;
- c. decretação de falência da EMISSORA, caso venha a ser possibilitado tal evento;
- d. falta de cumprimento pela EMISSORA de qualquer obrigação relevante prevista nesta Escritura, não sanada em 30 (trinta) dias, contados de aviso escrito que lhe for enviado pelo AGENTE FIDUCIÁRIO.

10. DIREITO DE PREFERÊNCIA

Nos termos do art. 172 da Lei 6.404/76, bem como do parágrafo 3º do art. 5º do Estatuto Social da EMISSORA, não haverá direito de preferência aos antigos acionistas na aquisição das debêntures.

V - DAS CARACTERÍSTICAS

1. FORMA

As debêntures serão nominativas não endossáveis.

2. CONVERSIBILIDADE

As debêntures poderão ser convertidas em ações do capital social da EMISSORA, à opção dos debenturistas, a partir da data da subscrição. Cada debênture, pelo seu valor nominal atualizado na forma do item 4 desta cláusula, será conversível, observado o disposto no item 7 desta cláusula, em 6.816.633 (seis milhões, oitocentos e dezesseis mil, seiscentos e trinta e três) ações, sendo 929.643 (novecentos e vinte e nove mil, seiscentos e quarenta e três) ações ordinárias e 5.886.990 (cinco milhões, oitocentos e oitenta e seis mil, novecentos e noventa) ações preferenciais.

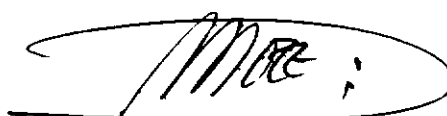
2.1. Critérios de ajuste da conversão:

2.1.1. As quantidades estipuladas no "caput" deste item serão ajustadas sempre que houver aumento de capital por bonificação, desdobramento ou grupamento de ações e na mesma proporção estabelecida para tais eventos.

2.1.2. As frações apuradas na data da solicitação da conversão serão devidas em espécie, nessa mesma data, devendo o seu efetivo pagamento ser realizado até o sexto dia útil subsequente, atualizado na forma do item 4 desta cláusula.

2.1.3. As ações resultantes da conversão terão as mesmas características e condições e gozarão dos mesmos direitos e vantagens estatutariamente atribuídos atualmente às ações ordinárias e preferenciais e farão jus às bonificações distribuídas, bem como a quaisquer direitos deliberados em atos societários da EMISSORA, a partir da data da solicitação da conversão, inclusive. As ações convertidas terão direito aos dividendos correspondentes ao exercício social em que ocorrer a conversão, da seguinte forma:

a) se a conversão se verificar no 1º semestre do exercício social da EMISSORA, o dividendo será correspondente a 12/12;



b) se a conversão se verificar no 2º semestre do exercício social da EMISSORA, o dividendo será correspondente a 6/12.

Os aumentos de capital decorrentes da conversão das debêntures em ações serão realizados de acordo com a forma estabelecida no inciso III, do artigo 166, da Lei 6.404/76 e no Estatuto Social da EMISSORA.

2.1.4. Os juros e prêmio serão devidos em espécie pela EMISSORA, devendo o seu efetivo pagamento ser realizado, até o sexto dia útil subsequente, atualizado na forma do item 4 desta cláusula.

2.1.5. A partir do início das amortizações, a quantidade de ações decorrentes da conversão será ajustada conforme demonstrado no item 7 desta cláusula.

2.2. Época, dia e local para solicitação da conversão

A solicitação para conversão das debêntures em ações ordinárias e preferenciais poderá ser feita a qualquer tempo, a partir da data da subscrição, mediante a apresentação pelos debenturistas, dos documentos solicitados pela EMISSORA, exceto nos dias de realização de Assembléia Geral dos Acionistas da EMISSORA. Para esse efeito, os debenturistas que optarem pela conversão das debêntures deverão adotar os procedimentos descritos no Aviso aos Debenturistas a ser publicado pela EMISSORA no Jornal "Gazeta Mercantil - Edição Nacional", juntamente com a publicação do primeiro "Anúncio de Início de Distribuição" dos títulos.

3. PREÇO DE SUBSCRIÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

Para os efeitos da presente emissão de debêntures, o preço de subscrição da debênture é o seu valor nominal atualizado monetariamente até o dia da subscrição conforme o item 4 desta cláusula, acrescido de juros e prêmio, calculados exponencialmente, por dias decorridos, desde a data da emissão, até a data da subscrição nos termos dos itens 5 e 6 desta cláusula. O preço de subscrição das debêntures será pago à vista, no ato da subscrição.

4. CRITÉRIO DE ATUALIZAÇÃO DO VALOR NOMINAL

As debêntures terão seu valor nominal atualizado monetariamente, pela variação diária da Unidade Real de Valor - URV, fixada pelo Banco Central do Brasil, conforme fórmula abaixo.

FÓRMULA PARA APURAÇÃO:

$VNA = VNO \times FA$, onde:

VNA = valor nominal unitário atualizado na data em questão;

VNO = valor nominal unitário na data de emissão;

FA = variação da URV (Unidade Real de Valor), expressa em fator, calculada para o período em questão.

4.1. As alterações nos critérios de aplicação do referido índice nas emissões de debêntures serão empregadas, automaticamente, à emissão de que se trata.

4.2. Quando da extinção ou transformação da UNIDADE REAL DE VALOR - URV, em decorrência da qual, pela superveniência de norma legal ou regulamentar, a URV não mais puder ser utilizada como índice de atualização monetária nas emissões de debêntures, e não havendo índice substitutivo legal, passará a ser utilizado, em substituição, o Índice Geral de Preços do Mercado-IGPM, calculado mensalmente pela Fundação Getúlio Vargas, na forma prevista no art. 38 da Lei 8.880/94, ou, na falta

deste, o Índice de Preços ao Consumidor - IPC, calculado pela FIPE - Fundação Instituto de Pesquisa Econômica da Universidade de São Paulo. Se por impedimento legal, nenhum dos índices acima mencionados puder ser utilizado, a EMISSORA e o AGENTE FIDUCIÁRIO, mediante deliberação dos debenturistas, em Assembléia Especial, convocada e realizada para esse fim, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da ocorrência desse evento, definirão qual será o índice aplicável à atualização do valor nominal.

4.3. Quando da substituição da moeda corrente do País, o valor nominal e o montante da emissão serão convertidos, automaticamente, para a nova moeda.

5. JUROS REMUNERATÓRIOS

As debêntures desta emissão serão conferidos juros remuneratórios, conforme fórmula abaixo, à razão de 12% (doze inteiros por cento) ao ano, que serão sempre calculados exponencialmente, por dias decorridos a partir da data de emissão ou, se ocorrido vencimento, da data do último vencimento de juros, e incidentes sobre o valor nominal atualizado na forma do item 6 desta cláusula, pagos nas datas dos respectivos vencimentos, ou seja, 01/12/94, 01/06/95, 01/12/95, 01/06/96, 01/12/96 e 01/06/97, 01/12/97 e 01/06/98, 01/12/98 e 01/06/99.

Para todos os efeitos de cálculo deste instrumento, o ano será de 360 dias.

FÓRMULA PARA CÁLCULO DOS JUROS REMUNERATÓRIOS

$$j = VNA \times (1,12)^{n/360}, \text{ onde:}$$

j = valor dos juros a serem pagos por debênture;

n = número de dias decorridos entre a data de emissão, ou do último pagamento de juros, e a data de pagamento de juros em questão.

6. PRÊMIO

Fica desde já definido que, para todo o período de vigência da emissão das debêntures, compreendido entre a data de emissão e a data de vencimento, será anualmente pago um prêmio, calculado conforme fórmula abaixo, nas seguintes datas: 01/06/95, 01/06/96, 01/06/97, 01/06/98 e 01/06/99. Portanto, os "Períodos de Apuração de Prêmio" serão: De 01/06/94 a 01/06/95; De 01/06/95 à 01/06/96; De 01/06/96 à 01/06/97; de 01/06/97 à 01/06/98 e de 01/06/98 à 01/06/99.

FÓRMULA PARA CÁLCULO DO PRÊMIO

$$P = VNO \times FP - VNA - j$$

P = valor do prêmio a ser pago por debênture;

j = juros apurados com base no mesmo número de dias do respectivo período de apuração de prêmio;

FP = Fator de apuração do prêmio, definido conforme o seguinte parâmetro:

$$FP = \prod_{i=1}^n FA_i \times (1,030)^{t/360}$$

Handwritten signature and initials, including a circled signature that appears to read 'Mora'.

$\sum_{i=1}^n$
 II FAi = produto dos fatores FAi pertinentes a
 cada respectivo sub-período, inseridos no
 respectivo período de apuração de prêmio.

$$FAi = \left(1 + \frac{Ai1 + Ai2 + Ai3}{300 \cdot D/360} \right)$$

FAi = fator apurado com base na média aritmética das taxas ANBID (Associação Nacional dos Bancos de Investimento e Desenvolvimento), pré ou pós fixadas, mais negociadas nos seguintes dias:

Ai1 = taxa ANBID do último dia útil imediatamente anterior ao do início do respectivo sub-período;

Ai2 = taxa ANBID do primeiro dia útil do respectivo sub-período;

Ai3 = taxa ANBID do segundo dia útil do respectivo sub-período;

D = número de dias corridos do prazo do respectivo sub-período, sendo equivalente ao determinado pela taxa ANBID definida como Ai2.

Cada período de apuração de prêmio será composto de tantos sub-períodos quantos forem necessários para cobrir seu prazo total;

Caso o primeiro dia de um respectivo período de apuração de prêmio não coincida com um dia útil, o prazo válido para FAi será contado, de qualquer maneira, a partir deste primeiro dia e respeitado o prazo determinado por Ai2, acrescido do menor número de dias necessários para que o seu vencimento se dê em dia útil;

Se a taxa ANBID mais negociada for do tipo pós fixado, às taxas Ai1, Ai2 e Ai3 deverá ser agregada a variação acumulada de seu respectivo indexador para o sub-período em questão;

Se durante o período de 03 (três) dias supra citado houver mudança no tipo de taxa mais negociada dos certificados de depósito a prazo, isto é, pré ou pós fixada, adotar-se-á preferencialmente aquela mais negociada no primeiro dia útil do respectivo sub-período, em segunda opção, à taxa do dia imediatamente anterior;

Na falta de divulgação pela ANBID das taxas dos 03 (três) ou 02 (dois) dias acima citados, será utilizada a média aritmética das taxas de captação dos certificados de depósito a prazo pós ou pré fixados, para lotes de valor equivalente a 45.000 (quarenta e cinco mil) URV's - Unidades Reais de Valor, obtidas conforme amostragem acima, pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, junto às seguintes instituições: Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A., Citibank, NA, Banco Francês e Brasileiro S.A. e Banco Multiplic S.A.;

O prazo do último sub-período de cada período de apuração de prêmio será ajustado de tal maneira que o seu vencimento coincida com a data de início do novo período de apuração de prêmio;

Caso a divulgação da taxa ANBID seja referenciada a prazo diferente de 360 dias, esta taxa deverá ser ajustada de forma a refletir a base de 360 dias;

7. AMORTIZAÇÃO

Cada debênture será amortizada em 03 (três) parcelas, a partir de 01.06.97, de acordo com o seguinte cronograma:

- a) em 01.06.97 - amortização de 1/3 (um terço) do valor nominal atualizado.
- b) em 01.06.98 - amortização de 1/3 (um terço) do valor nominal atualizado.
- c) em 01.06.99 - amortização do 1/3 (um terço) restante do valor nominal atualizado.

Em virtude das amortizações, no período compreendido entre 01.06.97 e 31.05.98, cada debênture será conversível em 4.544.422 ações, sendo 619.762 ordinárias e 3.924.660 preferenciais.

A partir de 01.06.98 cada debênture será conversível em 2.272.211 ações, sendo 309.881 ordinárias e 1.962.330 preferenciais.

Caso a EMISSORA deixe de proceder ao pagamento de qualquer uma das parcelas de amortização, o número de ações decorrentes da conversão será mantido conforme o último período.

8. CERTIFICADOS DE DEBÊNTURES

A EMISSORA poderá emitir certificados de debêntures, que serão entregues aos debenturistas no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a solicitação.

VI - DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

A EMISSORA está adicionalmente obrigada a:

1. Fornecer ao AGENTE FIDUCIÁRIO:

a. dentro de no máximo 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social, demonstrativos financeiros completos, relativos a esse exercício social;

b. imediatamente, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada;

c. as informações pertinentes à Instrução CVM nº 202/93, com a mesma periodicidade do envio dessas informações à CVM;

2. Não pagar dividendos, exceto os obrigatórios por lei, se estiver por mais de 30 (trinta) dias em mora, relativamente ao pagamento de juros, principal, e/ou prêmio das debêntures objeto desta Escritura;

3. Submeter, na forma da lei, suas contas e balanços a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;

4. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, e fornecer aos seus acionistas e debenturistas, as Demonstrações Financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei nº 6.404/76, quando solicitado;

5. Manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

VII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1. A EMISSORA nomeia e constitui AGENTE FIDUCIÁRIO da emissão da presente Escritura, Aporte Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificado no preâmbulo desta Escritura, o qual neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante ela, a EMISSORA, a comunhão dos titulares das debêntures.

2. O AGENTE FIDUCIÁRIO dos debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara:

a. sob as penas da lei, não ter qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66, da Lei nº 6.404/76, para exercer a função que lhe é conferida;

b. aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura;

c. aceitar integralmente esta Escritura, todas suas cláusulas e condições; e

d. não ter qualquer ligação com a EMISSORA que o impeça de exercer plenamente suas funções.

3. O AGENTE FIDUCIÁRIO exercerá suas funções a partir da data da assinatura da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua alteração, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

4. Serão devidos pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, a seguinte remuneração:

4.1. 01 (uma) parcela equivalente a CR\$ 9.625.000,00 (nove milhões, seiscentos e vinte e cinco mil cruzeiros reais), a ser paga no 1º dia útil subsequente à data do registro desta Escritura na Comissão de Valores Mobiliários, a título de implantação do serviço;

4.2. 09 (nove) parcelas, semestrais, equivalentes, cada uma, a CR\$ 9.625.000,00 (nove milhões, seiscentos e vinte e cinco mil cruzeiros reais), a serem pagas no primeiro dia dos meses de junho e dezembro de cada ano, devendo a primeira ser paga em 01/12/94 e a última, excepcionalmente, no último dia útil do mês de dezembro de 1998, dentro das seguintes condições:

4.2.1. As parcelas serão corrigidas monetariamente pelo IGPM - Índice Geral de Preços do Mercado da Fundação Getúlio Vargas, ou na falta deste, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir de 01/07/1994 até as datas de pagamentos de cada parcela, calculadas "pro-rata" dia, se necessário;

4.2.2. As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, a serem cobertas pela EMISSORA, estando prevista, no mínimo, uma viagem anual à sede da EMISSORA, a ser realizada quando da elaboração do Relatório do AGENTE FIDUCIÁRIO;

4.2.3. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o AGENTE FIDUCIÁRIO venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela EMISSORA;

4.2.4. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência do item 4 desta cláusula, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas nesta Escritura;

4.2.5. As parcelas serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e quaisquer outros impostos que

venham a incidir sobre a remuneração do AGENTE FIDUCIÁRIO, executando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

4.3. Na hipótese da presente emissão não ocorrer, por quaisquer motivos, a remuneração prevista no item 4 desta cláusula não será devida pela EMISSORA ao AGENTE FIDUCIÁRIO.

5. A EMISSORA ressarcirá o AGENTE FIDUCIÁRIO, de todas as despesas necessárias que este tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos debenturistas ou para realizar seus créditos.

5.1. O ressarcimento a que se refere o item 5 desta cláusula será efetuado imediatamente após a entrega, à EMISSORA, dos documentos comprobatórios das despesas incorridas para proteção dos direitos dos debenturistas.

5.2. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive:

a. publicações de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

b. expedição de certidões; e

c. locomoções entre Estados da Federação ou ao Exterior e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções.

5.3. O crédito do AGENTE FIDUCIÁRIO por despesas em que tenha incorrido para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos debenturistas, que não tenham sido saldadas na forma do subitem 5.1 acima, será acrescido à dívida da EMISSORA e gozará das mesmas garantias das debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

6. Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM e nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do AGENTE FIDUCIÁRIO:

a. proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios bens;

b. renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;

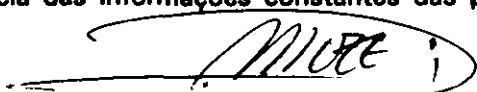
c. conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;

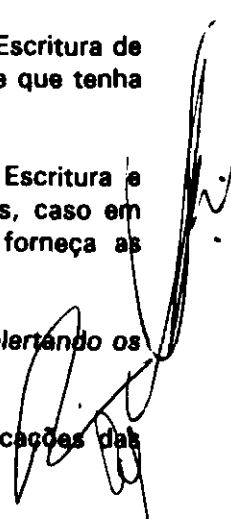
d. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;

e. promover, nos competentes órgãos, caso a EMISSORA não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes, caso em que o oficial do registro notificará a administração da EMISSORA para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;

f. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;

g. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações das debêntures;





h. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, da Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do Foro da sede da EMISSORA;

i. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na EMISSORA;

j. examinar, enquanto puder ser exercido, o direito à conversão de debêntures em ações, a alteração do Estatuto Social da EMISSORA que objetive mudar o seu objeto social, ou criar ações preferenciais ou modificar as vantagens das existentes, em prejuízo das ações em que são conversíveis as debêntures, cumprindo-lhe (i) convocar Assembleia Especial dos Debenturistas para deliberar sobre a matéria, ou (ii) aprovar, nos termos do parágrafo 2º do artigo 57, da Lei nº. 6.404/76, a alteração proposta;

k. convocar, quando necessário, a Assembleia de Debenturistas, respeitado o disposto na cláusula IX deste instrumento, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 8 da cláusula IV;

l. comparecer à Assembleia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;

m. elaborar o relatório destinado aos debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º., letra "b", da Lei nº. 6.404/76, o qual deverá conter, pelo menos, as seguintes informações;

m.1. eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela EMISSORA ou ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela EMISSORA;

m.2. alterações estatutárias ocorridas no período;

m.3. comentários sobre as demonstrações financeiras da EMISSORA, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;

m.4. posição da distribuição ou colocação das debêntures no mercado;

m.5. resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das debêntures realizadas no período, bem como aquisições e vendas de debêntures pela EMISSORA;

m.6. constituição e aplicação do Fundo de Amortização de Debêntures, quando for o caso;

m.7. acompanhamento da destinação dos recursos captados através da emissão de debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos Administradores da EMISSORA;

m.8. relação dos bens e valores entregues à sua administração;

m.9. cumprimento de outras obrigações assumidas pela EMISSORA neste instrumento;

m.10. declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de AGENTE FIDUCIÁRIO; e

m.11. declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias prestadas às debêntures, quando for o caso.

n. colocar o relatório de que trata o item anterior à disposição dos debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da EMISSORA, ao menos nos seguintes locais;

n.1. na sede da EMISSORA;

n.2. no escritório ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado;

n.3. na CVM;

n.4. nas Bolsas de Valores, quando for o caso; e

n.5. nas instituições financeiras que liderarem a colocação das debêntures.

o. publicar, nos órgãos de imprensa em que a EMISSORA deva efetuar suas publicações, conforme disposto no item 8 da cláusula IV, anúncio comunicando aos debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea "n" acima;

p. manter atualizada a relação dos debenturistas e seus endereços, mediante inclusive, gestões junto à EMISSORA e à instituição prestadora de serviços de debêntures escriturais;

q. coordenar o sorteio das debêntures a serem resgatadas parcialmente;

r. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes deste instrumento, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer;

s. notificar os debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento pela EMISSORA de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada:

s.1. à CVM;

s.2. às Bolsas de Valores, quando for o caso.

7. O AGENTE FIDUCIÁRIO, após decisão da Assembléia de Debenturistas, obedecido o "quorum" de deliberação previsto no item 5 da cláusula VIII desta Escritura, usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a EMISSORA ou terceiros coobrigados para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos debenturistas na realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da EMISSORA:

a. declarar, conforme o previsto no item 9 da cláusula IV, retro, antecipadamente vencidas as debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições da presente Escritura;

b. tomar qualquer providência para a realização dos créditos dos debenturistas;

c. representar os debenturistas em processo de falência, concordata, intervenção ou liquidação extrajudicial da EMISSORA, caso venha a sujeitar-se a tais eventos; e

d. requerer a falência da EMISSORA se não mais existirem garantias reais, caso venha a ser possibilitado tal evento.

7.1. O AGENTE FIDUCIÁRIO poderá exercer a atribuição prevista na alínea "a" acima na ocorrência do inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente Escritura, especialmente no que se refere a ocorrência de uma ou mais hipóteses previstas no item 9 da cláusula IV, retro.

7.2. O AGENTE FIDUCIÁRIO somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas "a", "b" e "d" do item 7 desta cláusula, se, a Assembléia dos Debenturistas assim autorizar, por deliberação unânime dos titulares de todas as debêntures em circulação, bastando porém, a deliberação da maioria simples dos titulares das debêntures em circulação, quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea "c" do item 7 desta cláusula.

7.3. Se qualquer quantia devida aos debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a EMISSORA deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

8. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, morte ou qualquer outro caso de vacância na função de AGENTE FIDUCIÁRIO, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do evento que a determinar, Assembléia dos Debenturistas para a escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO, a qual poderá ser convocada pelo próprio AGENTE FIDUCIÁRIO a ser substituído, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 8 (oito) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à EMISSORA efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo AGENTE FIDUCIÁRIO. A substituição não implicará em remuneração ao novo AGENTE FIDUCIÁRIO superior à ora avençada.

8.1. Na hipótese de não poder o AGENTE FIDUCIÁRIO continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo sua substituição.

8.2. É facultado aos debenturistas, após o encerramento do prazo para distribuição das debêntures no mercado, proceder à substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO e à indicação de seu substituto, em Assembléia dos Debenturistas especialmente convocada para este fim.

8.3. Em qualquer hipótese, a substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento dos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº. 28, de 23 de novembro de 1983, e normas posteriores.

8.4. A substituição, em caráter permanente, do AGENTE FIDUCIÁRIO deverá ser objeto de aditamento à Escritura de emissão, devendo este ser averbado no Registro de Imóveis no qual foi registrada esta Escritura.

8.5. Aplicam-se às hipóteses de substituição do AGENTE FIDUCIÁRIO as normas e preceitos a este respeito promulgados por ato da CVM.

VIII - DA ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

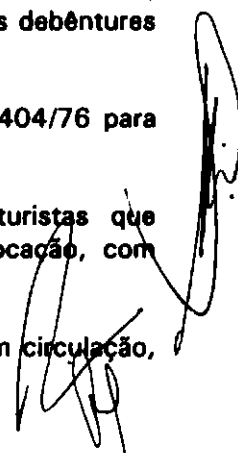
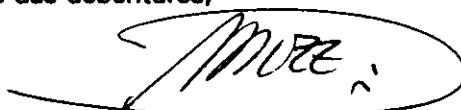
1. Os titulares das debêntures desta emissão poderão, a qualquer tempo reunir-se em Assembléia a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos debenturistas.

2. A Assembléia dos Debenturistas desta emissão poderá ser convocada pelo AGENTE FIDUCIÁRIO, pela EMISSORA, por debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação, ou pela CVM.

3. Aplicar-se-á à Assembléia dos Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei nº 6.404/76 para Assembléia Geral de Acionistas.

4. A Assembléia instalar-se-á em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem metade, no mínimo, das debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número.

5. A Assembléia poderá, pelo voto de titulares da metade, no mínimo, das debêntures em circulação, aprovar modificações nas condições das debêntures;



6. Será facultada a presença dos representantes legais da EMISSORA nas Assembléias dos Debenturistas;

7. O AGENTE FIDUCIÁRIO deverá comparecer à Assembléia dos Debenturistas e prestar aos debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

IX - DA RENÚNCIA

Não se presumirá a renúncia a quaisquer direitos decorrentes da presente Escritura, ainda que não venham, em qualquer ocasião, a ser exercidos.

X - DO FORO

Fica eleito o foro da cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura.

Estando assinadas as Partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 02 (duas) testemunhas, que também o assinam.

Cuiabá, 25 de junho de 1994.

EMISSORA:

CENTRAIS ELÉTRICAS MATOGROSSENSES S.A. - CEMAT

AGENTE FIDUCIÁRIO:

PAULO ROBERTO PASIAN

EDMILSON POLACON

APORTE DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.

TESTEMUNHAS:

1ª 2ª

Testes verdadeiros e firmados
 por Paulo Roberto Pasian e Edmílson Polacon
 da Agência de Cuiabá, Mato Grosso do Sul, em
 25 de junho de 1994
 Cuiabá, 25 de junho de 1994
 Paulo Roberto Pasian
 Edmílson Polacon